

CONTATOS E EMPRÉSTIMOS LINGUÍSTICOS EXTERNOS NA PERSPECTIVA DA HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA: A OBRA DE FERNÃO DE OLIVEIRA¹

Flavio Biasutti Valadares²

RESUMO

O artigo analisa como contatos e empréstimos linguísticos externos são tratados na obra *A gramática da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira. Para tanto, utiliza a perspectiva teórica da historiografia linguística e conclui que a contribuição da obra de Fernão de Oliveira, para a língua portuguesa, nesses dois aspectos, reside, principalmente, em sua originalidade e antevisão das descrições realizadas acerca desses fenômenos linguísticos.

Palavras-chave

Historiografia linguística, gramática portuguesa, contatos linguísticos, empréstimos linguísticos externos.

ABSTRACT

The article examines how contacts and linguistic loanwords are treated in the work *A gramática da linguagem portuguesa*, by Fernão de Oliveira. In order to do so, it was used the theoretical perspective of the linguistic historiography and it concludes that the contribution of the mentioned work, for the Portuguese language, considering these two aspects, lies primarily in its originality and foresight of the descriptions made about these linguistic phenomena.

Key words

Linguistic historiography, Portuguese grammar, linguistic contacts, foreign loanwords.

¹ Trata-se da obra *A Gramática da linguagem portuguesa*, publicada em 1536, única obra relativa aos estudos da língua portuguesa empreendida por Fernão de Oliveira. Não utilizamos, neste artigo, suas outras obras, a saber: *Arte da guerra e do mar*, *Livro da fábrica das naus*, *Arte da nevagação* e *História de Portugal*.

² Mestre em Letras: Estudos da Linguagem/PUC-Rio. Doutorando em Língua Portuguesa/PUC-SP (Bolsista CAPES).

Considerações iniciais

A historiografia tem sido entendida, conforme Altman (1998: 25), como uma disciplina cujos principais objetivos são: “descrever e explicar como se produziu e desenvolveu o conhecimento de qualquer natureza em um determinado contexto social e cultural, através do tempo”. Nessa perspectiva, nosso objetivo, neste artigo, fixa-se no tratamento de empréstimos linguísticos na obra *A Gramática da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira (1536), bem como sua abordagem acerca dos contatos linguísticos.

Nesse ponto, é relevante considerarmos que a seleção desta obra apresenta-se sob os seguintes motivos: 1) o século XVI configura-se como o primeiro momento histórico em que foi elaborada uma sistematização da língua portuguesa; 2) o autor mantinha relações estritas com o poder real; e 3) necessidade de imposição da língua portuguesa como meio de manutenção e preservação da cultura e da identidade nacional.

Dessa maneira, segundo Koerner (1996: 47), “o historiógrafo explica, tanto quanto possível, as razões da mudança de orientação e de ênfase e a possível descontinuidade que delas se pode observar”. Bastos, nesse sentido, assevera que se devem seguir princípios, como

estabelecer climas de opinião do período e avaliar o objeto de estudo, para em seguida, por meio do conhecimento amplo sobre o campo de investigação específico e sobre a história geral, estabelecer o quadro de definição do período em que se apoiarão as análises das fontes primárias escolhidas como *corpus* (BASTOS, 2004: 79).

Também, devemos observar, considerando o que aponta Bastos (2004), periodização, materiais e parâmetros de análise e, além disso, os três princípios traçados por Koerner:

1º *princípio de contextualização*: traçado do clima de opinião (espírito da época), observando-se as correntes intelectuais do período e a situação socioeconômica, política e cultural;

2º *princípio de imanência*: entendimento completo tanto histórico quanto crítico, possivelmente filológico, do texto linguístico em questão, mantendo-se fiel ao que foi lido, para o estabelecimento de um quadro geral e da terminologia usada, que devem ser definidos internamente e não em referência à doutrina linguística moderna;

3º *princípio de adequação*: seguidos os dois primeiros princípios, o historiógrafo aventura-se a introduzir, colocando de forma explícita, aproximações modernas do vocabulário técnico e um quadro conceptual de trabalho que permita a apreciação de um determinado trabalho, conceito ou

teoria, incluindo-se as constatações das afinidades de significado que subjazem a ambas as definições (KOERNER, 1996: 45-47).

Acerca do “objeto de investigação”, ele pode ser considerado “metalinguístico, com diversas características, ou não-metalinguístico”, como expõem Bastos e Palma:

Sendo um objeto metalinguístico (gramáticas, manuais didáticos, antologias etc.), estabelecem-se as categorias a partir do próprio objeto (princípio da imanência), que são em seguida analisadas e discutidas; na sequência, elege-se uma teoria atual para que seja estabelecido o diálogo entre pontos teóricos do objeto analisado e aspectos da teoria selecionada, buscando, nessa aproximação, a convergência entre eles (princípio da adequação). Considerando-se um objeto não-metalinguístico (lei, cartas, documentos oficiais etc), seleciona-se um instrumento, a saber, uma teoria linguística que seja compatível contemporaneamente ao objeto de estudo (princípio da imanência) e estabelece-se uma posterior a ele que permitirá o cotejo com os pontos observados, de acordo com o princípio da imanência (princípio da adequação) (2006: 14).

Em nosso caso, por se tratar de um objeto metalinguístico – “gramática” – procedemos à análise de uma fonte primária, na qual utilizamos os apontamentos de Bastos sobre a historiografia que, em sua concepção,

não pode ser vista como uma simples “crônica”, ou seja, listas de datas, nomes, títulos e eventos ligados às línguas e à linguagem. A atividade historiográfica requer seleção, ordenação, reconstrução e interpretação dos fatos relevantes para o quadro de reflexão que o historiógrafo constrói (2004: 80).

De Clerq e Swiggers, citados por Bastos e Palma (2004: 23), afirmam que “ao historiador cabe a tarefa de transcender as histórias da linguística, para descrever uma história da linguística baseada na prática, nas reflexões e nas situações linguísticas”. Eles apontam, inclusive, cinco fatores de motivação para o fazer a HL:

(1) motivação de fazer a HL como sujeito enciclopédico, como ‘ramo’ de uma enciclopédia do saber; (2) motivação de fazer a HL como ilustração do progresso de conhecimento; (3) motivação de fazer a HL com o objetivo de defender, difundir ou promover um modelo linguístico particular em detrimento de outros; (4) motivação de fazer a HL como descrição e explicação de conteúdos de doutrina, inserida em um contexto histórico e científico; (5) motivação de fazer a HL como testemunha exterior sobre uma

realidade social, ‘colorida’ pelas concepções e práticas linguísticas (DECLERQ; SWIGGERS, 1991, apud BASTOS; PALMA, 2004: 23).

Assim, neste artigo, com base no que consideram Bastos e Palma (2006: 14), acerca de que “dado o volume de informações que as fontes oferecem, é preciso reduzi-las a partir de princípios organizadores. Uma das formas de redução é a determinação de temas [...]”, procuramos responder às seguintes questões:

Quem foi Fernão de Oliveira?

Como ele tratou os empréstimos linguísticos externos em sua obra?

O que pensou acerca dos empréstimos linguísticos, bem como dos contatos linguísticos entre os povos?

Qual o grau de representatividade dessa obra para a época?

Apresentação teórico-conceitual

A concepção de Historiografia Linguística está, conforme Bastos e Palma (2004: 15), “estritamente vinculada à concepção de Historiografia; por esse motivo, é de grande importância que compreendamos esta última, num primeiro momento, em sentido amplo, como forma de registro dos feitos históricos”. Falcon, por exemplo, em relação à historiografia no século XIX, aponta que ela se desenvolveu

segundo dois percursos metodológicos aos quais Gusdorf denomina de “duas perspectivas de inteligibilidade” das ciências humanas em geral: a perspectiva “discursiva e explicativa” e a “compreensiva e historicista”. A primeira visa a produzir um saber organizado segundo o modelo das “ciências da matéria” [...] logo, é necessário que as ciências do homem sejam objetivas e, se possível, experimentais [...] A segunda, típica das ciências filológicas e históricas, sublinha no homem, para além do organismo e da espécie, o ser pensante, falante e capaz de agir sobre os acontecimentos (FALCON, 1997: 98).

De acordo com Bastos e Palma (2004: 15), “[...] se a História resumia-se à narrativa oral dos acontecimentos, a Historiografia tinha como papel fundamental o registro escrito desses acontecimentos sem problematizá-los ou questioná-los, desde os tempos de Heródoto”. As autoras asseveram que, por estar “estritamente vinculada à História, que é uma ciência, a Historiografia passou por um processo de adaptação aos paradigmas que nortearam os estudos

históricos”. E acrescentam que o “nascimento propriamente da Historiografia” dá-se no início do século XX na França. Nessa perspectiva, elas ressaltam que, no campo historiográfico, a maior contribuição, na busca de um novo método, “é dada por Lucien Febvre e Marc Bloch, no início do século XX, com a fundação da revista *Annales*, cujo objetivo maior era o de promover um novo tipo de História e, certamente, de Historiografia” (BASTOS; PALMA, 2004: 15).

Fávero e Molina (2006: 20) indicam que “Lucien Febvre e Marc Bloch, influenciados pelo cientificismo do século XIX e início do XX, foram aqueles que realmente começaram a pensar numa história-ciência, em constante construção, não mais mero arrolar de fatos e datas”. As autoras indicam também que “Febvre definia a História como *ciência do homem, da mudança perpétua das sociedades humanas* e Bloch como *a ciência dos tempos no homem, que só pode ser compreendida em sua estrutura social*”. Além disso, expõem que, “para Bloch, o objeto da história são os homens, suas significações, ações e intenções, analisadas em seus grupos” e complementam que “Febvre e Bloch, juntos, na Universidade de Estrasburgo, refletem então sobre a possibilidade de renovarem todo o estudo histórico como disciplina”.

Elas destacam que a primeira geração dos *Annales* ficou marcada pela maneira problematizante de encarar o fato histórico, da constatação da necessidade de uma mudança radical na compreensão da História, que fica marcada ainda pela heterogeneidade e por uma grande abertura na aceitação de novas propostas e métodos. Em relação à segunda geração, as autoras observam que ela ficou conhecida como a *Era Braudel*, caracterizando-se por situar a história em três escalões: “*na superfície*: a história dos acontecimentos, do tempo curto; *na meia encosta*: uma história conjuntural, que segue ritmo mais lento; e *na profundidade*: uma história de longa duração”. Essa geração foi marcada por quantificações, por técnicas e até mesmo pela penetração do marxismo (FÁVERO; MOLINA, 2006: 20, grifos das autoras).

Acerca da última geração dos *Annales*, também denominada *Nouvelle Histoire*, Fávero e Molina (2006) explicam que ela é bastante influenciada pelo estruturalismo, tendo sido seus principais representantes Le Goff, Le Roy e Chartier. Há, nesta fase, uma modificação de suas preocupações, “centrando-se nas *mentalidades*, nas vidas cotidianas, firmando-se em representações e interpretações, ampliando sensivelmente o conceito de *fonte*, utilizando-se de vários tipos delas: documentos psicológicos, arqueológicos, orais, religiosos, fazendo uma sábia e benfazeja *mistura*” (FÁVERO E MOLINA, 2006: 21, grifos dos autores).

Vainfas entende que

a verdadeira ruptura ocorrida na historiografia francesa e responsável pela irrupção da chamada Nova História, particularmente da história das mentalidades, parece ter ocorrido muito mais em relação à “era Braudel”, na qual predominou uma visão totalizante e socioeconômica da história, do que em relação aos primórdios dos *Annales* (1997: 135).

Retomando a contribuição dos *Annales* para a historiografia, especificamente linguística, frisamos, segundo Vainfas (1997: 130-131), que nos *Annales*, principalmente na terceira geração, a *Nouvelle Histoire*, a perspectiva de construção de uma história interdisciplinar, em que se pudesse situar a história no “seio” das demais ciências sociais, talvez tenha sido a que mais “irrigou” e “inspirou” a pesquisa e a reflexão historiográfica mundial nas últimas décadas. Nesse ponto, para Bastos e Palma (2004: 17-18), “a procura por uma conduta historiográfica esteve presente até fins dos anos 80, quando, então, se apresentaram algumas considerações sobre esse assunto”. As autoras afirmam que

inúmeros têm sido os caminhos percorridos pela Linguística no Brasil, na última década, entretanto, a nós interessa, em especial, o da Historiografia, que estabelecida como disciplina, a (HL) tem como objeto de estudos a seleção, a ordenação e a reconstrução do conhecimento linguístico baseado em interpretações críticas do processo dessa produção contextualizada do ponto de vista histórico, social e cultural (BASTOS; PALMA, 2004: 18).

Corroborando tal noção, na visão de Altman (1998: 24), “a atividade historiográfica, presume, inevitavelmente, uma atividade de seleção, ordenação, reconstrução e interpretação dos fatos relevantes (história ‘*rerum gestarum*’) para o quadro geral de reflexão que constrói o historiógrafo”. Luna (2004: 41) explicita que a Historiografia Linguística é “comumente abordada, não só no Brasil mas também no exterior, como uma disciplina nova” e que dois fatores básicos e interrelacionados podem ser justificativas para esta interpretação:

em primeiro lugar, seu objeto de estudo, a Linguística, na forma como a reconhecemos hoje, estabeleceu-se há apenas algumas décadas. Em segundo lugar, a institucionalização da disciplina Linguística nos currículos de cursos de graduação e programas de pós-graduação é, conseqüentemente, ainda mais recente (LUNA, 2004: 41).

Após algumas considerações teórico-conceituais, apresentamos alguns pontos relativos à época anterior ao século XVI, a fim de localizar nosso leitor quanto a alguns fatos históricos

relevantes para a compreensão de nossa análise na próxima seção. Vale, então, ressaltarmos que, de acordo com Elia,

na Idade Média da Europa Ocidental, continuou-se a falar [...] e a escrever latim. Mas a língua escrita diferia em muitos pontos da língua oral. Houve, a princípio, o latim escrito da Antiguidade tardia (séculos III, IV e V), que foi um prolongamento do discurso literário dos escritores do Império. Mas o latim propriamente medieval é aquele que tem como ponto de partida a fundação das universidades (século XII a meados do XV), pois a reforma carolíngia (século IX) estava mais voltada para o passado, para as formas clássicas do latim, do que para uma língua culta mais adaptada aos novos tempos (ELIA, 1998: 12).

Varo observa que,

quando o Império Romano se fragmentou em reinos, a partir da invasão de outros povos, sobretudo germânicos, no século V, apenas as palavras populares permaneceram durante algum tempo, a ponto de formarem as chamadas línguas românicas. A força que tentava evitar a fragmentação total sempre foi o latim, na sua vertente medieval. O latim foi a única língua escrita da Idade Média até o século IX na França e até o século XII em Portugal (2004: 57).

Auroux (1992: 41) salienta que “as invasões e fragmentação do Império Romano do Ocidente provocam, no fim, o desaparecimento do papel vernacular do latim e o aparecimento das línguas neolatinas”. O autor também salienta que “assistimos à conservação do latim como língua de administração, e por mais tempo ainda, da cultura intelectual e religiosa, mesmo lá onde se desenvolvem descendentes não-latinos do indo-europeu”. Além disso, ele atesta que

durante toda a Idade Média vai subsistir um equilíbrio entre o latim – cada vez mais abstrato, objeto de uma gramática teórica [...] língua conceptualmente sofisticada do saber letrado, do poder e da religião, e vernáculos que se aprendem na prática da vida. Não há oposição mas circulação entre os dois (AUROUX, 1992: 46).

Hauy caracteriza que

a língua literária, no contato com civilizações mais adiantadas, como a grega, vicejou extraordinariamente na vasta e rica literatura latina, até que, com a invasão dos bárbaros, desaparecendo a nobreza e, com ela, as escolas e a preocupação pela cultura intelectual, passou a ser cultivada apenas nos mosteiros. Como herdeiro do latim clássico, esse *latim da Igreja*, também chamado *latim eclesiástico*, *medieval* ou *baixo latim*, escrito

gramaticalmente, mais eivado de palavras novas, tomadas das línguas faladas e da contribuição grega, foi o latim literário do declínio do Império do Ocidente e a língua oficial das ciências na Idade Média. Ao lado deste, surgiu um latim sem regra, também misturado com o léxico de outras línguas, empregado pelos tabeliães; foi o *latim bárbaro* que os cartórios documentaram em contratos, testamentos, doações e outros escritos de ordem jurídica (1989: 12, grifos do autor).

A autora indica que “das alterações desse rude latim falado, resultaram, mais ou menos a partir de 600 da Era Cristã, os romances (ou romances) medievais e, posteriormente, as línguas românicas ou neolatinas”. E mais, que vários fatores concorreram para o aparecimento das línguas neolatinas: “o tempo, a política de dominação dos romanos, a vastíssima extensão geográfica do Império e sua fragmentação política e, principalmente, a ação do substrato³ e do superstrato” (HAUY, 1989: 12).

Ela explica que “delineado Portugal politicamente, a língua falada naquela faixa de terra continuou sendo o galego-português até o século XIV, quando fatores políticos, sociais e linguísticos determinaram a quebra da relativa unidade linguística galego-portuguesa” (HAUY, 1989: 17). E que, a partir do século XIV,

já com feição própria, distinta dos outros falares da região e com características que a distinguiam do galego, a língua portuguesa, levada pelas conquistas das epopeias marítimas a outras partes do mundo, continuou evoluindo, transformando-se sob a ação de inúmeros fatores, e repetindo, através de séculos, a sua história (HAUY, 1989: 18).

Nesse sentido e corroborando tal noção, Nascimento e Bastos (2000) caracterizam que

a língua em uso até o século XIV, na Península Ibérica, era o galego-português, desaparecido em virtude de pressões histórico-culturais. Como língua em formação, o galego-português era impreciso em sua grafia, exibia uma ortografia essencialmente fonética, apresentava uma morfologia restrita, um léxico aumentado por estrangeirismos, uma sintaxe simples, desprovida de construções elaboradas como podemos perceber em outros períodos da língua (2000: 10).

³ Hauy (1989: 13) considera que, “ao conjunto dos falares diversos dos povos vencidos e conquistados, cuja língua se infiltrou na do povo vencedor, dá-se o nome de substrato linguístico”. E complementa que “da fusão entre romanos e povos conquistados foram, então, pouco a pouco, surgindo novos dialetos, diferenciando-se no tempo e no espaço por força do substrato e, posteriormente, do superstrato”.

Paiva explicita que

após a independência, a primeira dinastia dos reis de Portugal tendeu a localizar-se na região entre o Mondengo e o Tejo; o mecenatismo, que favorecia os trovadores, tornava-se cada vez menos intenso; a Universidade ora se estabelecia em Coimbra, ora em Lisboa; a Corte, transferindo-se constantemente para as cidades de Coimbra, Santarém, Évora, Lisboa, fixou-se nesta última; vários outros eventos históricos levaram, assim, o eixo político da nação a deslocar-se do Norte para o Sul do país e, aos poucos, foi-se formando uma língua de livre trânsito entre as camadas sociais [...] (1988: 8-9).

Casagrande expõe que

do século XII a século XV, a preocupação essencial do Reino era a de ampliar as relações comerciais impulsionadas por D. Diniz, monarca que se destacou pelo incentivo dado às grandes navegações ainda no século XII. Seus sucessores deram continuidade a sua obra de modo que D. Fernando e, depois D. João I, [...] destacaram-se como personagens importantíssimos no que seria o ‘embrião’ da expansão ultramarina (2004: 25).

Em referência ao século XVI, cumpre considerarmos, inicialmente, que, na visão de Nascimento e Bastos (2000: 13), “a preocupação dos primeiros gramáticos da língua portuguesa, assim como a dos que os seguiram, era a imposição de um falar ‘popular’, isto é, da nova língua do Lácio que deveria ser imposta em lugar do Latim, porém pautado no falar dos homens ‘doutos’ da época”.

Em razão de nossos objetivos neste artigo, não fizemos o percurso histórico referente ao século XVI nesta seção. Isso está localizado na seção seguinte, onde também está caracterizado Fernão de Oliveira, vida e obra, e citados e analisados os trechos sobre os quais há menções acerca de empréstimos linguísticos externos, bem como sua visão referente aos contatos linguísticos.

Contatos e empréstimos linguísticos externos: análise da obra de Fernão de Oliveira sob a perspectiva da historiografia linguística

Nascimento e Bastos (2000: 10) apontam que “os estudos sobre a primitiva Língua Portuguesa salientam a precariedade do léxico, que forçava o falante a dizer muito em poucas palavras. Nesse caso, as palavras emparelhavam, integrada uma à outra, uma carga semântica

e outra moral, decorrentes da ideologia imposta pela Igreja”. Na primeira metade do século XVI, surgem “as primeiras gramáticas de língua portuguesa”, representadas nas figuras de Fernão de Oliveira (1536) e de João de Barros (1540).

Buescu (1971: 13) assevera que “é então na primeira metade do século XVI que eclode a ‘questão da língua’, resultado de uma incerteza sobre a norma linguística e da carência de padrões literários que garantissem o seu prestígio”. A autora explicita que

os gramáticos do Renascimento serão, antes de mais nada, verdadeiros elos de ligação entre o legado grego e a ciência linguística moderna, garantindo a continuidade e utilizando as inovações decorrentes de um novo contexto, perante o qual estavam atentos, numa típica atitude presencialista (BUESCU, 1971: 12).

Evidentemente, cabe uma ressalva sobre “a primeira gramática da língua portuguesa”. Nas palavras de Buescu (1975: 18), citando Rodrigo de Sá Nogueira⁴, “a Gramática de Fernão de Oliveira, publicada em 1536, era considerada a primeira gramática da língua portuguesa, embora quatro anos depois João de Barros afirmasse ser ele o primeiro a pôr a nossa linguagem em arte”. A autora indica que “as relações de amizade e convívio entre os dois humanistas – Fernão de Oliveira fora mestre dos filhos de João de Barros – excluem a possibilidade de desconhecimento, por um lado, e, por outro, de má fé por parte de João de Barros, cuja rectidão é bem conhecida por actos e documentos” (BUESCU, 1975: 19).

Nesse ponto, Buescu argumenta que

o que acontece é que a obra de Oliveira, notável a vários títulos quanto à originalidade e clara antevisão de muitos problemas linguísticos, nomeadamente pela aguda percepção manifestada na descrição dos sons, não pode, de modo algum, considerar-se uma *arte*, no sentido em que Barros a entende, isto é, um compêndio gramatical sistemático e segundo o esquema tradicional transmitido pelos gramáticos latinos (1971: 19-20, grifo do autor).

Acrescenta que “o problema, por conseguinte, é inconsistente: a nosso ver, não há problema. As duas obras foram escritas e publicadas em 1536 e 1540; são obras de carácter diverso e a declaração respectiva de cada um dos seus autores pode ser admitida como verdadeira” (BUESCU, 1971: 79). Finaliza sua argumentação indicando que “a obra de

⁴ Artigo publicado no jornal *O Século*, de 4 de março de 1929.

Oliveira é, efectivamente, um conjunto de curiosas e judiciosas reflexões, de tipo ensaístico; em suma, uma miscelânea linguística e cultural” (BUESCU, 1971: 20).

Monteiro (2000: 33) considera a obra de Fernão de Oliveira, ao lado da gramática de João de Barros, como “uma das primeiras a tentar uma descrição gramatical da língua portuguesa”, não atribuindo a nenhum dos dois o título de “primeiro gramático da língua portuguesa”. No entanto, Varo (2004: 90) e Casagrande (2004: 36), por exemplo, atribuem a Fernão de Oliveira tal título.

Nosso posicionamento frente a isso é o de que Fernão de Oliveira não se enquadraria propriamente na categoria de um gramático, uma vez que seu trabalho não incorporou o “espírito da época”, como o fez João de Barros, no sentido de produzir uma “arte”, como era denominada a gramática, isto é, ele não elaborou um tratado, conceitualmente, como propôs João de Barros, em que o conceito de gramática figurava como “um modo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos” (BARROS, 1971: 293), ou seja, seguindo a tradição greco-latina; além do que o próprio Fernão de Oliveira (p. 108, grifo do autor) declara que “a escreveu *sem ter outro exemplo*”, mas suas sistematizações compõem, de fato, uma primeira obra de organização da língua portuguesa naquele momento, contudo não se pode atribuir a essa sistematização, observando o clima de opinião, o nome de “gramática”.

Do ponto de vista histórico, Buescu (1998: 19) frisa que “aparentemente encarcerada nos esquemas gramaticais latinos, a língua portuguesa é, para os dois gramáticos da primeira metade do século XVI, uma afirmação de independência e identidade”. Casagrande (2004: 42) indica o carácter normativo na obra de Fernão de Oliveira, afirmando que “o carácter de política linguística está intimamente ligado ao fato de ter sido esse estudioso o primeiro a sistematizar a estrutura de uma língua ainda incipiente, que necessitava de um compêndio que a guardasse como a bússola guardaria o rumo das naus lusitanas”.

Fávero (1996: 22), citando Prado Coelho (1960: 405), explana que, ao mesmo tempo em que Fernão de Oliveira e João de Barros⁵ garantiam a continuidade de uma tradição intelectual, demonstravam estar “afinados com seu tempo, lutando pelo estudo do vernáculo, expressando o sentimento patriótico da superioridade de sua língua, principalmente da

⁵ Fávero, citando Prado Coelho (1960: 405), considera, nesse contexto, os ortógrafos Pero de Magalhães de Gândavo e Duarte Nunes do Lião, entretanto nosso objeto neste artigo são as gramáticas.

castelhana”. Leite de Vasconcelos (1929: v. 4, 865), citado por Fávero (1996: 23), aponta como características principais desse período:

- a) a preocupação dos gramáticos com a semelhança entre a gramática portuguesa e a latina, pelo prestígio do latim como língua de expressão culta;
- b) autoritarismo gramatical – criação de normas para uniformizar a ortografia;
- c) estudo cada vez mais profundo do léxico, produzindo, como consequência, a publicação de dicionários;
- d) sentimento patriótico da superioridade da língua portuguesa face às demais (LEITE DE VASCONCELOS, 1929: v. 4, 865, apud FÁVERO, 1996: 23).

Nesse aspecto, como salienta Casagrande (2004: 25), “é preciso buscar os valores filosóficos, culturais, políticos, econômicos e religiosos que norteavam o pensamento de toda a sociedade lusitana no início do século XVI”. Ou seja, atendendo ao princípio da contextualização de Koerner (1996), é importante atentarmos para a situação socioeconômica, bem como política, em Portugal, que era de amplo desenvolvimento, sendo considerado uma potência, com a supremacia na Europa neste período, principalmente devido à exploração ultramarina e às grandes descobertas. É nesse momento histórico de Portugal que Fernão de Oliveira publica *A gramática da linguagem portuguesa*, obra que se notabilizou por sua descrição da língua portuguesa.

Dessa maneira, o “espírito da época” indicava a necessidade da consolidação da nação portuguesa, sendo a língua um dos pilares para essa consolidação. Inicialmente, então, podemos considerar que Fernão de Oliveira cumpria com o estabelecimento do que ele mesmo denominou “uma primeira anotação da língua portuguesa”, postulando uma espécie de emancipação da língua portuguesa ao *status* de língua nacional. Casagrande (2004: 37) corrobora isso ao afirmar que o autor tinha como objetivos principais: “a) tecer louvores à língua portuguesa, indicando que sua estrutura era semelhante às línguas de prestígio, como o latim e o grego; b) descrever a língua portuguesa por meio do bem falar e do bem escrever; c) trabalhar a ortografia portuguesa”.

No que se refere à biografia de Fernão de Oliveira, Buescu explana que

foi filho de do juiz de órfãos de Pedrogão, Heitor de Oliveira, e nasceu provavelmente em Aveiro, em 1507. Morreu cerca de 1580 ou 1581. Foi, contudo, na Beira que decorreu a sua infância, conforme ele próprio testemunha no capítulo XLVII da Gramática [...] aos treze anos entrou como noviço no Convento dos Dominicanos em Évora [...] É, contudo, só em 1532, já homem, que abandona o convento e se refugia em Espanha. [...]

Secularizado por Paulo III, o egresso da Ordem dos Pregadores dedica-se então a leccionar jovens fidalgos, filhos e filhas de alguns senhores principais desta terra, entre os quais D. Antão de Almada (filho de D. Fernando de Almada, por sugestão do qual publicará a Gramática), os filhos do barão do Alvito e os de João de Barros. Nesta época parece ter gozado de uma certa estabilidade, a qual nunca mais reencontraria. [...] Por volta de 1540 ou 1541 parte para a Itália, talvez em serviço secreto de D. João III [...] Regressa a Portugal em 1543, acompanhando o núncio Lippomani e, em Lisboa, abandonado pelos amigos, criando inimizades e conflitos, pelo seu temperamento irrequieto e arrebatado, mal visto pelos dominicanos, onnipotentes no Santo Ofício, atravessa dois anos de penúria. [...] Em 1545, com o nome de Capitão Martinho, alista-se a bordo de uma nau francesa, sob o comando de Saint-Blancard, na frota de Antoine Escalin, barão de La Garde. Vem, porém, ter a Londres, e frequenta a corte de Henrique VIII. A dissidência do rei inglês em relação a Roma parece quadrar-se com as opiniões de Fernão de Oliveira, que então denuncia certos aspectos do ritual e do conceituário católico. Morto Henrique VIII, volta a Portugal, e, talvez, duvidoso do acolhimento que o esperava, faz-se acompanhar, em 1547, de uma carta credencial para D. João III, passada pelo jovem rei Eduardo. Não obstante, logo nesse ano é denunciado e preso pela Inquisição (Ordem de S. Domingos). [...] é preso por tempo indeterminado, cumpre a pena durante três anos, findos os quais, por motivos de saúde, é transferido para o Mosteiro de Belém, em reclusão. Um ano depois é-lhe concedida liberdade condicionada. [...] Em 1552, parte para o Norte de África, na qualidade de capelão, e, feito prisioneiro, vem a Lisboa para negociar o resgate e fica em Portugal. As suas desventuras, porém, prosseguiram: em 1554 é denunciado como cismático por um falso amigo. Consegue, no entanto, durante uns meses ser nomeado revisor na Universidade de Coimbra, onde ensina Retórica. Volta ao cárcere, de 1555 a 1557. O seu rasto torna-se agora mais incerto e duvidoso. Em 1565 sabe-se “lia casos de consciência” na escola dos espatários em Palmela e recebia uma tença de D. Sebastião (1975: 15-18).

Acerca da obra de Fernão de Oliveira, *A gramática da linguagem portuguesa*, de 1536, de acordo com Fávero (1996: 23), não está “escrita nos moldes das gramáticas latinas nem nas das que se seguiram”. Ainda, de acordo com Fávero (1996: 25), “essa obra é primeiramente a obra de um fonólogo, já que dos cinquenta parágrafos (ou capítulos), vinte e quatro (de 6 a 29) são dedicados à fonética e à ortografia; treze (de 30 a 42), à lexicologia; seis (de 43 a 48), à morfologia e um, à sintaxe (49)”. Buescu (1975: 23) compartilha tal noção ao anotar que a obra de Fernão de Oliveira “apresenta uma indisciplina de plano, uma ocasionalidade de reflexões que lhe retiram a feição de uma gramática no sentido exato do termo”. Fávero (1996: 25) explicita que “o ponto de partida de Oliveira, para a descrição do português, é a Gramática espanhola de Nebrija (1492), à qual se refere, embora não a tenha simplesmente seguido”.

Ressaltamos, assim, que Fernão de Oliveira, como postula Casagrande (2004: 39), inserido no clima de opinião do século XVI, marca-se como “guardião” da língua portuguesa e da identidade nacional. Ele afirmava que a língua portuguesa apresentava uma série de vantagens em relação às outras, já que era antiga, ensinada, próspera e bem conversada e também exercitada em bons tratos e ofícios (CAPÍTULO I). Além disso, essa “primeira anotação da língua portuguesa”, segundo Casagrande (2004: 43), “é feita com bases nos preceitos doutrinários da época, quais sejam: o de descrever a língua materna objetivando sua aprendizagem e o de valorizá-la como instrumento de caráter social, cultural e político”.

Na parte relativa aos contatos linguísticos, Fernão de Oliveira assim se posiciona

Porque Grécia e Roma só por isto ainda vivem, porque quando senhoreavam o Mundo mandaram a todas as gentes a eles sujeitas aprender suas línguas e em elas escreviam muitas boas doutrinas, e não somente o que entendiam escreviam nelas, mas também trasladavam para elas todo o bom que liam em outras (CAPÍTULO IV).

Consideramos, dessa forma, que Fernão de Oliveira percebia na dominação de um povo sobre o outro a propagação da língua, bem como a possibilidade de, por meio disso, estabelecer o domínio sobre outras nações. Ele demonstra isso, ao expor que Grécia e Roma ainda “vivem como língua” em função de, quando de seu domínio político, socioeconômico e cultural, “senhorearem o Mundo”, impondo sua língua “a todas as gentes a eles sujeitas”. Nesse sentido, acatando o princípio koerneriano da imanência, inferimos que o momento no qual a nação portuguesa se encontrava proporcionava a possibilidade de imposição de sua língua às novas descobertas além-mar.

Em outra passagem, Fernão de Oliveira assim se coloca

As nossas dicções são aquelas que nasceram entre nós ou são já tão antigas, que não sabemos se vieram de fora. Nestas, a Gramática manda saber donde, quando, porquê e como foram feitas. [...] Pois, se alguém me disser que podemos dizer como temos muitos vocábulos latinos e que isto alcançam os homens doutos que sabem a língua latina [...] E não só os Latinos, mas Gregos, Arábigos, Castelhanos, Franceses e toda quanta imundície puderem ajuntar. Perguntarei: então, que nos fica a nós? Ou se temos de nosso alguma coisa? E os nossos homens, pois são mais antigos que os Latinos, porque também não ensinariam? Porque seriam em tudo e sempre ensinados? Eu não quero ter tão baixo espírito e cuidar que devo tudo, mas sempre afirmarei que, pois, Quintiliano, no primeiro livro confessa que os Latinos usavam de vocábulos emprestados, quando lhe os seus faltavam, que

também tomaram da nossa língua tomaram alguns, como nós tomamos da sua, os quais nossos os havemos de tratar e pronunciar e conformar ao som da nossa melodia e ao sentido das nossas orelhas (CAPÍTULO XXXI).

Nesse aspecto, constatamos que Fernão de Oliveira parece entender os contatos linguísticos como uma necessidade que as línguas apresentam, sendo que, em sua visão, as palavras da língua portuguesa “são aquelas que nasceram entre nós ou são já tão antigas, que não sabemos se vieram de fora. Nestas, a Gramática manda saber donde, quando, porquê e como foram feitas”. Com esse posicionamento, o autor marca seu objetivo de valorizar a língua portuguesa como instrumento social, cultural e político na constituição da nação portuguesa.

Outro aspecto relevante refere-se à citação que Fernão de Oliveira faz de Quintiliano, explicitando que o gramático romano, no primeiro livro, confessa que “os Latinos usavam de vocábulos emprestados, quando lhe os seus faltavam, que também tomaram da nossa língua tomaram alguns, como nós tomamos da sua, os quais nossos os havemos de tratar e pronunciar e conformar ao som da nossa melodia e ao sentido das nossas orelhas”. Nessa passagem, Fernão de Oliveira demonstra compreender a necessidade dos contatos linguísticos, bem como das trocas linguísticas, legitimando isso por meio da citação a Quintiliano, ao mesmo tempo, utilizando-se dessa citação para elevar a língua portuguesa ao mesmo nível da latina.

Todavia, ele estabelece que se deve “pronunciar e conformar ao som da nossa melodia e ao sentido das nossas orelhas”, com um visível objetivo de diferenciar o que é língua portuguesa do que é língua latina, “aportuguesando” toda e qualquer palavra tomada por empréstimo do latim, a fim de colocar a língua portuguesa numa perspectiva de independência linguística em face da língua latina.

Sobre, especificamente, os empréstimos linguísticos externos, Fernão de Oliveira explicita que

as dicções alheias são aquelas que doutras línguas trazemos à nossa por alguma necessidade de costume, trato, arte ou coisa alguma novamente trazida a terra. O costume novo traz a terra novos vocábulos, como agora, pouco há, trouxe este nome picote, que quer dizer burel, do qual, porque de fora trouxeram os mal-galantes o costume ou, para melhor dizer, o desdém de vestir o tal pano, trouxeram também o nome com esse costume. [...] Assim que é trabalhoso e pouco certo querer saber os nascimentos particulares das dicções. [...] a estas dicções alheias com necessidade e não facilmente trazidas, chamar-lhes-emos alheias, enquanto forem muito novas,

de tal feição que não possamos negar seu nascimento. E depois, pelo tempo adiante, conformando-as connosco, chamar-lhes-emos de nossas, porque desta maneira foram as que agora chamamos comuns [...] (CAPÍTULO XXXII).

A partir do que explicita Fernão de Oliveira, fica evidenciado que ele parece compreender a sistemática de empréstimos linguísticos, como ao considerar que as palavras alheias são “aquelas que doutras línguas trazemos à nossa por alguma necessidade de costume, trato, arte ou coisa alguma novamente trazida a terra”, em que notamos que o autor confirma a existência dos empréstimos linguísticos, assim como sua necessidade para qualquer língua, enfatizando que “o costume novo traz a terra novos vocábulos”, ou seja, Fernão de Oliveira estaria atestando que os empréstimos linguísticos feitos pela língua portuguesa contribuiriam de forma significativa para a consolidação dessa língua e, conseqüentemente, da nação portuguesa. Se nos ativermos ao princípio da contextualização de Koerner (1996), essa necessidade de consolidação da língua portuguesa para a formação da “nação portuguesa” representa o clima de opinião (espírito de época).

Há, ainda, um outro importante ponto no capítulo XXXII, que se refere a uma “certa consciência” de Fernão de Oliveira acerca de padrões de mudança linguística. Ele expõe que “é trabalhoso e pouco certo querer saber os nascimentos particulares das dicções” e que “a estas dicções alheias com necessidade e não facilmente trazidas, chamar-lhes-emos alheias, enquanto forem muito novas, de tal feição que não possamos negar seu nascimento”. Acrescentando, por fim, que “pelo tempo adiante, conformando-as connosco, chamar-lhes-emos de nossas, porque desta maneira foram as que agora chamamos comuns”. Isso comprova que o autor vislumbrava possibilidades de mudanças na língua a partir dos contatos e dos empréstimos linguísticos que ela mantivesse.

Dos aspectos expostos, consideramos que Fernão de Oliveira trata os contatos e empréstimos linguísticos em sua obra numa visão descritiva da língua, exemplificando, inclusive, casos de contatos e de empréstimos linguísticos. Nessa perspectiva, utilizando o princípio da adequação de Koerner (1996), podemos observar que, numa aproximação aos dias atuais acerca dos estudos da linguagem, como classifica Casagrande (2004: 37), ele se configura como um “gramático estruturalista”, o que poderia nos remeter a William Labov, consagrado linguista na área da Sociolinguística Variacionista contemporânea.

Nesse sentido, o grau de representatividade de Fernão de Oliveira estabelece-se como contribuição em direção a descrições dos sistemas linguísticos, no que se refere às possibilidades por ele aventadas acerca da importância dos contatos e empréstimos linguísticos, bem como a relevância disso para a língua portuguesa que se configurava à época, ainda que distante, evidentemente, de uma doutrina científica.

Como salienta Buescu (1971), a obra de Fernão de Oliveira notabiliza-se principalmente quanto à originalidade e clara antevisão de muitos problemas linguísticos, o que nos remete ao princípio koerneriano da imanência, no qual podemos estabelecer, conforme Casagrande (2004: 41), que existe uma espécie de “política linguística implícita”, visto que Fernão de Oliveira faz referências às transformações da língua ao longo do tempo, embora ele considere que “tais mudanças nem sempre são bem-vindas, pois os empréstimos de outras línguas acabam por corromper a língua nacional, destituindo-a de sua identidade primeira” (CASAGRANDE, 2004: 41).

Finalizando nossa análise e reiterando não pretendermos que ela seja uma conclusão, mas sim, uma possibilidade de aprofundamento da temática em pesquisas vindouras, Auroux (1992) faz uma consideração bastante pertinente sobre o período renascentista e que vai ao encontro de nosso entendimento da relevância da obra de Fernão de Oliveira para aquele momento histórico de Portugal como Nação e para, especificamente, nosso objeto particular de análise na obra: contatos e empréstimos linguísticos externos. Ele assim relata:

O que se passa na Europa, durante o Renascimento, no domínio dos saberes linguísticos – uma espécie de macroacontecimento com estrutura complexa – não tem comparação, se pensarmos noutras culturas. Inicialmente, quando os vernáculos europeus eram sistematicamente gramaticalizados, eles o eram na base de uma orientação prática que se definiu muito lentamente a partir das *Artes* da tradição greco-latina: uma gramática pode ter por finalidade a aprendizagem de línguas estrangeiras. Nesse contexto, os contactos linguísticos se tornaram um dos elementos determinantes dos saberes linguísticos codificados e as gramáticas se tornaram as peças-mestras de uma técnica do conhecimento das línguas (AUROUX, 1992: 29).

Considerações finais

Neste artigo, buscamos caracterizar, na obra de Fernão de Oliveira, como ele tratou os contatos linguísticos, bem como os empréstimos linguísticos externos, a partir da perspectiva

teórica da historiografia linguística, utilizando os princípios koernerianos e estabelecendo o clima de opinião/espírito de época do período. Nesse sentido, concluímos que a obra de Fernão de Oliveira apresenta significativas contribuições para a descrição da língua portuguesa, no século XVI, com desdobramentos para os séculos seguintes no que respeita à representatividade desta língua e em relação à sua configuração como língua neolatina, distanciando-se, apesar de derivada, do latim, com o objetivo de estabelecer Portugal como potência da época, atestando no estabelecimento da língua nacional a condição ideal para isso.

Auroux, ao expor que

as causas que agem sobre o desenvolvimento dos saberes linguísticos são extremamente complexas. Pode-se notar conjuntamente: a administração dos grandes Estados, a literarização dos idiomas e sua relação com a identidade nacional, a expansão colonial, o proselitismo religioso, as viagens, o comércio, os contactos entre línguas, ou o desenvolvimento dos conhecimentos conexos como a medicina, a anatomia ou a psicologia (AUROUX, 1992: 28).

ratifica nossas conclusões acerca da relevância da obra de Fernão de Oliveira na consolidação da cultura e da identidade nacional por meio da imposição da língua portuguesa.

Como advoga Buescu (1971: 78), “a codificação e, logo, a fixação duma língua dignificada pelo uso e pela gramaticalização, visava, pois, a nosso ver, a ‘transmissão’ da língua como instrumento de ‘imposição’ da soberania além fronteiras”. Assim, Fernão de Oliveira, em uma visão geral, contribuiu sobremaneira para a consolidação da língua portuguesa e, em particular, empreendeu uma descrição linguística bastante inovadora, como também desenvolveu uma noção bem peculiar dos contatos e empréstimos linguísticos externos, que apresenta desdobramentos até os dias atuais.

Referências bibliográficas

ALTMAN, C. *Pesquisa linguística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1992.

BARROS, J. de. *Gramática da língua portuguesa*. Cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

BASTOS, N. B. O fazer historiográfico em Língua Portuguesa. In: BASTOS, N. B. (Org.) *Língua portuguesa em calidoscópio*. São Paulo: EDUC, 2004 (Série Eventos). p. 73-82.

_____; PALMA, D. V. (Orgs.) *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

_____; _____. (Orgs.) *História entrelaçada 2: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BUESCU, M. L. C. A Língua Portuguesa, mãe e não madrasta – uma busca equívoca mas eficaz: a gramática universal. In: BASTOS, N. B. (Org.) *Língua portuguesa: história, perspectivas, ensino*. São Paulo: EDUC, 1998. p. 15-31.

CASAGRANDE, N. dos S. A gramática da linguagem portuguesa de Fernão de Oliveira: desvelando a relação entre gramática e ensino no século XVI. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Orgs.) *História entrelaçada: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004. p. 25-43.

ELIA, S. *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: Ática, 1989.

FALCON, F. História das ideias. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 91-125.

FÁVERO, L. L. *As concepções linguísticas no século XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1996.

_____; MOLINA, M. A. G. *As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

HAUY, A. B. *História da língua portuguesa I. Séculos XII, XIII e XIV*. São Paulo: Ática, 1989.

KOERNER, K. Questões que persistem em historiografia da linguística. Tradução de Cristina Altman. *Revista da Anpoll*, n. 2, p. 45-70, 1996.

LUNA, J. M. F. de. Reflexões sobre a formação do historiógrafo da Linguística. In: BASTOS, N. B. (Org.) *Língua portuguesa em calidoscópio*. São Paulo: EDUC, 2004. (Série Eventos). p. 39-45.

MONTEIRO, J. L. As ideias gramaticais de João de Barros. *Revista de Letras*, v. 19, n. 1/2, p. 33-41, 2000.

OLIVEIRA, F. de. *A gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1975.

PAIVA, D. F. *História da língua portuguesa II. Séculos XV e meados do século XVI*. São Paulo: Ática, 1988.

VAINFAS, R. História das mentalidades e historia cultural. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997. p. 127-162.

VIARO, M. E. *Por trás das palavras: manual de etimologia do português*. São Paulo: Globo, 2004.